



Resumo Público de Certificação de

Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista São Luiz do Remanso – ASSER

Certificado nº: SW-FM/COC-NTFP1342

Data da Certificação: 26 de Outubro, 2004

Data do Resumo Público: Outubro, 2004

Atualizado para incorporar os resultados do monitoramento anual 2005

**Este documento foi elaborado de acordo com as regras do
Forest Stewardship Council (FSC) e do Programa SmartWood.**

Nenhuma parte deste resumo deverá ser publicada separadamente.

Certificador:

SmartWood Program¹

c/o Rainforest Alliance

665 Broadway, 5th Floor

New York, New York 10012 U.S.A.

TEL: (212) 677-1900 FAX: (212) 677-2187

Email: info@smartwood.org

Website: www.smartwood.org

Esta certificação foi feita com a colaboração do seguinte membro da Rede SmartWood:

Instituto de Manejo e Certificação

Florestal e Agrícola (IMAFLORA)

Rua Chico Mendes, 201

Loteamento Bi-Centen~rio, Bairro Sert~ozinho

13400.970 Caixa Postal 411

Piracicaba, SP, Brazil

Tel/Fax: 55-1934-144015 (call first)

Email: imaflora@imaflora.org

¹ O Programa SmartWood é implementado a nível mundial por organizações sem fins lucrativos membros da Rede SmartWood. A Rede é coordenada pela Rainforest Alliance, uma organização internacional sem fins lucrativos. A Rainforest Alliance é a detentora legal da marca registrada SmartWood e sua logomarca. Todos os usos promocionais da logomarca SmartWood devem ser autorizados pela Rede SmartWood. A certificação SmartWood se aplica somente ao manejo florestal das operações certificadas e não a outras características da produção florestal (ex: performance financeira, qualidade dos produtos, etc.). O SmartWood é credenciado pelo Forest Stewardship Council (FSC) para a certificação de operações de manejo de florestas naturais, plantadas e de cadeias de custódia.

SIGLAS E ABREVIACÕES

APP	Área de Preservação Permanente
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
ASSER	Associação São Luiz do Remanso
ATPF	Autorização de Transporte Florestal
CAP	Corte Anual Permissível
CIFOR	Centro de Investigación Forestal
CITES	Convenção sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas
CNS	Conselho Nacional do Seringueiro
COC	Cadeia de Custódia (Chain of Custody)
CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
DAP	Diâmetro à Altura do Peito
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAVC	Floresta de Alto Valor para a Conservação
FSC	Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council)
GT-FSC/BR	Grupo de Trabalho do FSC no Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MFS	Manejo Florestal Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMF	Operação de Manejo Florestal
OMS	Organização Mundial da Saúde
P&C	Princípios e Critérios do FSC
PAE	Projeto de Assentamento Agro-Extrativista
PCA	Plano de Corte Anual
PESACRE	Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais no Acre
PFNM	Produto Florestal Não Madeireiro
PMF	Plano de Manejo Florestal
POA	Plano Operacional Anual
SEATER	Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural
UMF	Unidade de Manejo Florestal
UPA	Unidade de Produção Anual

INTRODUÇÃO

Este é o relatório de avaliação completa para fins de certificação que foi solicitado pela **Associação dos Seringueiros da Resex São Luiz Remanso – ASSER**, ao Imaflora e *SmartWood*. Os objetivos desta auditoria foram: i) avaliar o modelo de manejo aplicado às áreas florestais da **ASSER**; ii) avaliar a conformidade da associação com os Princípios e Critérios do FSC, através das “Diretrizes Gerais SmartWood para a Avaliação do Manejo Florestal”, em sua nova versão, adotada a partir de 2002, e; iii) identificar as possíveis Pré-condições e Condições para a associação ser certificada.

O propósito deste levantamento foi avaliar a sustentabilidade ecológica, econômica e social do Manejo Florestal da **ASSER**.

Este relatório contém cinco seções de informações e evidências. As seções um a três se tornarão informações públicas sobre a operação de manejo florestal, que poderão ser distribuídas pelo Programa SmartWood ou o Conselho Mundial de Florestas (FSC) para partes interessadas. As seções quatro, cinco, e os anexos são confidenciais, só podendo ser revisados por pessoal autorizado do SmartWood e FSC e os revisores cobertos por acordos de confidencialidade.

O propósito do Programa SmartWood é reconhecer o bom manejo florestal através de uma avaliação independente e a certificação de suas práticas de silvicultura. Operações de Manejo Florestal que conseguem a certificação de SmartWood podem usar o selo SmartWood na comercialização de seus produtos e nos anúncios ao público.

1. SUMARIO GERAL

1.1 Identificação do Empreendimento e Pessoa de Contato

Operação de Manejo Florestal: Associação dos Seringueiros da Reserva São Luiz do Remanso – ASSER

Pessoa de Contato: Damião Miranda de Oliveira

Endereço: BR 317 Colocação Pelados II, ramal da Limeira, km 100, PAE SÃO LUIZ DO REMANSO, município de Capixaba, Acre.

Tel: (68) 223-2727

Fax: 223-3260

E-mail: cta@cta-acre.org

Página Internet: www.cta-acre.org

1.2 Histórico Geral

A. Tipo de operação:

Manejo florestal comunitário de uso múltiplo sob a responsabilidade de uma associação comunitária, formada por aproximadamente 60 sócios.

O manejo florestal visa a exploração de madeira e de produtos florestais não madeireiros – PFM's em áreas comunitárias dentro de um projeto de assentamento extrativista.

Aplica-se a este caso o sistema de certificação em grupo.

A. Anos em operação: O primeiro ano de exploração efetiva foi 2003.

B. Data da Certificação: 26 de Outubro, 2004

B. Latitude e longitude da operação:

Localização geográfica do PAE São Luiz do Remanso:

- Norte : 68,07 W e 10,31 S
- Sul: 67,78W e 10,60 S
- Leste: 67,74 W e 10,54 S
- Oeste: 68,08 W e 10,31 S

Localização geográfica da sede da associação:

Coordenadas UTM/19L

8845598

625139

1.3 Sistema de Manejo Florestal

A. Tipo de Floresta e história do uso da terra:

Predominância da tipologia Floresta Ombrófila Aberta, com formações de Floresta Ombrófila com Bambu e Floresta Ombrófila Fechada. O uso da terra sempre foi o extrativismo predominante de borracha e castanha (não madeireiro) e atualmente incluiu o manejo de madeira e outros PFNM's.

B. Tamanho da Unidade de Manejo Florestal e áreas com florestas de produção em produção, conservação, e/ou recuperação

Manejo florestal madeireiro:

A proposta de manejo florestal da ASSER se baseia no agrupamento de colocações (unidade familiar produtiva) formando uma área comum e contínua destinada ao manejo comunitário, onde anualmente cada grupo de famílias propõe a exploração em aproximadamente 50 ha.

Desta forma, foram constituídos 2 grupos de colocações, onde os proprietários se dispõem a assumir o compromisso com o manejo florestal e de manutenção da floresta manejada e de áreas de conservação.

Os proprietários que compõem os 2 grupos formam o grupo de manejadores associados da ASSER que realizam exploração madeireira e fazem parte do escopo desta avaliação.

Tabela 01: grupo de manejadores de madeira que estão sob o escopo da certificação:

Nome do proprietário	Nome da colocação
GRUPO JARINAL/SANTARÉM / Total = 4 famílias	
Cosmo Miranda de Oliveira	Santarém
Osvaldo Ortis da Silva	Pelados II
Antonio Rodrigues do Nascimento	Jarinal II
Carlos Feitosa Cavalcante	Centrinho I
GRUPO SANTO ANTONIO / Total = 6 famílias	
Edimilson Mendes da Silva	Santo Antonio
José Pereira do Nascimento	Estrangeiro III
Almir Antonio da Silva Lima	Estrangeiro
Maria Girão da Silva	Centro dos Brabos
Neuvane Ramos de Lima	Poupança II
Francisco Antonio de Lima	Estrangeiro

As colocações não possuem marcos formais de delimitação entre suas áreas, estando esta delimitação relacionada a acordos históricos baseados em estradas de seringa e acidentes geográficos. Assim, a equipe do Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA (ong local que presta assistência técnica ao projeto), em conjunto com os proprietários, realizou um mapeamento

de cada colocação envolvida no manejo florestal. Foram delimitadas as unidades de manejo, áreas antrópicas e de conservação, e as Unidades de Produção Anual (UPA's). As UPA's foram estabelecidas com base na operacionalidade da atividade, considerando características de rede hidrográfica, proximidade com a estrada principal do Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE, e que ficassem totalmente inseridas na área de uma colocação. Assim, as UPA's não possuem tamanho e forma homogênea e regulares e variam de 40 a 70 ha, a serem manejados anualmente em cada grupo.

Tabela 02: uso da terra por grupo de manejadores de madeira

	Grupo Santo Antônio	Grupo Jarinal/Santarém	Total
Colocações	6	4	10
Desmatamentos	148 ha	193,1 ha	396,1
Reserva legal	1.510 ha	1.224 ha	2.734
Área de Preservação Permanente	90 ha	87 ha	177
Área agroextrativista	514 ha	300,5 ha	814,5
Área total de manejo	1.136 ha	1.114 ha	2.250
Área total do grupo considerada no escopo da certificação (para manejo madeireiro).	1.136 ha	1.114 ha	2.250

Importante destacar que o grupo definido sob o escopo da certificação não é fechado, sendo parte dos objetivos da ASSER aumentar a participação da comunidade e demais associados no manejo florestal, o que fará aumentar o grupo de manejadores e conseqüentemente a área certificada.

Manejo de PFM's:

A área de manejo das espécies Jarina (*Phytelephas sp*) e Copaíba (*Copaífera sp*) tem características diferenciadas uma vez que o cálculo da área explorada é distinto. Para a Jarina a área de manejo é a soma de manchas de Jarinais que passam por várias colocações.

Para exploração da Copaíba, o cálculo da área pode ser calculado pelo número de árvores encontradas que formavam uma unidade de exploração, chamada de "Estrada de seringa" ou "Estrada de Copaíba".

No momento da avaliação havia uma discussão sobre a área que deveria ser considerada "área de manejo" uma vez que ao indicar a colocação como um todo, a área total de manejo se tornava muito grande e a taxa de registro do plano de manejo a ser cobrada pelo IBAMA se tornava muito cara. A taxa é calculada por hectare.

Uma maneira de diminuir esse tributo, originalmente criado para espécies madeireiras, seria

considerar a “estrada de seringa” ou a “estrada de Copaíba” como uma espécie de “corredor” diminuindo assim área total

Para a certificação o importante é determinar uma área e um volume de produção condizente com as práticas e capacidade de manejo, visando a sustentabilidade a longo prazo. O tamanho médio de uma colocação no PAE São Luis do Remanso é de 300 ha, uma vez que cada estrada de seringa possui em torno de 100 ha, e na média cada morador possui 3 estradas. A estratégia de compor as regras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA com a realidade extrativista foi considerar cada família como “proprietário” de um lote, chegando assim próximo da realidade de cada colocação. Desta forma as colocações variam de 300 a 700 ha (poucos casos). A media assumida por colocação foi de 300 ha, sendo um valor bem próximo do real.

A Jarina possui uma área total de manchas, a ser manejada por 17 famílias, que soma 240 hectares e a sua produção estimada é de no máximo 70 toneladas. Essa área está, assim como as copaíbas, dentro das colocações.

Certificar a área total da colocação, para PFM's, é a maneira mais viável, pois define de forma consistente uma área e permite a entrada de novos volumes dos diversos produtos potenciais.

A tabela 03 apresenta todas as colocações e os proprietários que fazem parte do manejo florestal sobre escopo da certificação, e especifica quais produtos são manejados em cada colocação. Deve-se destacar que em algumas colocações, é realizado manejo de mais de um produto florestal, e que a área total de manejo considerada para fins de certificação é a soma das áreas de cada colocação (ver tabela 05).

Tabela 03: grupo de manejadores que estão sob o escopo da certificação (madeira + PFM's)

#	Nome do proprietário	Nome da colocação	Produto(s) manejado(s)	Área estimada
1	Ademiro Gouveia	Viçosa	Jarina	600
2	Almir Antonio da Silva Lima	Estrangeiro IV	Madeira / Jarina	164
3	Antonio Rodrigues do Nascimento	Jarinal II	Jarina / Madeira / Copaíba	601
4	Carlos Feitosa Cavalcante	Centrinho I	Jarina / Madeira	450
5	Cosmo Miranda de Oliveira	Santarem	Copaíba / Madeira	258
6	Diamantina Morais Farrapo	Duas Nações	Copaíba	800
7	Edimilson Mendes da Silva	Santo Antonio	Copaíba / Madeira	246
8	Francisco Lima de Araújo	São José	Jarina	300
9	Gessimar Pereira Martins	Nova Esperança	Jarina	300
10	Janes Ribeiro Pessoa	Sozinho	Jarina	200
11	José Fernandes de Lima	Boa Passagem	Jarina	300
12	José Oliveira da Costa	Pelados I	Jarina	300
13	José Pereira do Nascimento	Estrangeiro III	Jarina / Copaíba /	472

			Madeira	
14	Manoel Ribeiro da Costa	Dois Vicente	Jarina	300
15	Maria das Dores da Silva Lima / Francisco Antonio de Lima	Estrangeiro I	Jarina / Copaíba / Madeira	492
16	Maria Girão da Silva	Centro dos Brabos	Jarina / Madeira	328
17	Neuvane Ramos de Lima	Poupança II	Jarina / Madeira	164
18	Osvaldo Ortiz da Silva	Pelados II	Jarina / Copaíba / Madeira	430
19	Pelengrina Ribeiro Pessoa	Vai Se Vê	Jarina	300
20	Tania Maria Andrade da Silva	Castelo	Jarina	200
TOTAL				7.205

Obs.: as colocações que fazem parte do manejo madeireiro foram mapeadas com uso de GPS, e assim o tamanho apresentado nesta tabela é bastante preciso. Já as demais áreas, onde é realizado apenas o manejo de PFNM's, o tamanho apresentado representa uma estimativa, baseada na quantidade de estradas de seringa existentes na colocação,

C. Corte permitido anual e/ou colheita anual coberta pelo Plano de Manejo

Manejo florestal madeireiro

As Unidades de Produção Anual possuem em torno de 50 ha em cada grupo de manejadores, somando assim em média 100 ha manejados pela ASSER anualmente. O volume comercial explorado de madeira em toras varia de 5 a 10 m³/ha, tendo este último valor como limite máximo de intensidade de exploração. Assim, pode-se considerar que o volume máximo de exploração madeireira permitido é de 1.000m³/ano. Eventualmente a ASSER extrai a casca das toras exploradas, para posterior comercialização. Este aproveitamento é realizado no pátio florestal, e no momento da avaliação não havia uma estimativa de produção.

Manejo de PFNM's:

Para o cálculo da produção de óleo de Copaíba foi utilizado o rendimento médio das áreas de manejo de copaíba em estudo no Estado do Acre, inclusive da região do assentamento. Devido à incerteza dos dados do inventário e de produção foi estimado o volume baseado no número de árvores. Logo, estima-se que 25% das árvores produzirão óleo com uma produção de 4L por árvore. Como de cada quatro árvores furadas apenas uma produz óleo, adotou-se o padrão de no mínimo 1L de óleo por árvore e no máximo 4L de óleo por árvore, ver tabela 6.

Tabela 04: Estimativa de produção de óleo de copaíba por colocação na safra 2002/2003, (não exploradas e vigente 2004).

Colocação	Tipos de copaíbas	Numero e tipo de copaíbas	Rendimento de óleo (l)		
			Mínimo	Maximo	X
1) Cutiara	Preta Branca	(7+4) 11	11	44	27,5
2) Duas nações	Preta Branca	(3+12) 15	14	60	37

3) Estrangeiro I	Preta Branca	(6+11) 17	16	68	42
4) Estrangeiro III	Preta Branca Vermelha	(6+10+6) 22	22	84	53
5) Jarinal	Preta Branca	(5+3) 08	08	128	68
6) Pelados II	Preta Branca Vermelha	(6+24+2) 32	31	124	77,5
7) Santo Antonio	Preta Não identificada	(2+2) 04	04	16	10
8) Santarém	Preta Branca	(6+2) 08	08	32	20
Geral	Preta Branca Vermelha Não identificada	(41+66+8+2)	114	456	285
Total		114	285 (médio)		

A estimativa de produção para Jarina foi estudada em comunidades tradicionais do Acre inclusive em Jarinais do vale do Rio Acre com parcelas no próprio seringal São Luiz do Remanso. Assim, considerando as manchas de jarina que forma mapeadas nas colocações sob manejo, **estima-se uma produção anual de 70 toneladas de sementes de jarina por ano.**

D. Descrição geral dos objetivos e detalhes do plano de manejo e sistemas

Manejo florestal madeireiro

Como já destacado, o modelo de manejo florestal comunitário proposto para o PAE São Luis do Remanso, nas áreas sob gestão da ASSER, pressupõe a formação de grupos de produtores florestais, formados por colocações vizinhas, de modo a unificar suas áreas de florestas para a realização do manejo florestal.

Este modelo preconiza uma grande redução de custos de investimentos em infraestrutura, dado que as áreas de produção anual são maiores e contínuas, sendo que o manejo é realizado em uma UPA de 50 ha dentro da colocação, por grupo, por ano, e retornando à esta UPA após o término do ciclo. Outra inovação deste modelo proposto (frente a outros projetos de manejo comunitário) é a desvinculação do trabalho familiar, sendo a área manejada por um conjunto de famílias, isto é, como um grande adjunto (mutirão) por área.

Assim, a área total de manejo florestal madeireiro apresentada pela ASSER é de 2.250 ha, divididos em 2 Unidades de Manejo Florestal (UMF's), denominadas Grupo Jarinal/Santarém e Grupo Santo Antonio. Cada UMF é composta pela somatória das áreas de um grupo de colocações e possui uma Unidade Produção Anual (UPA).

As UPA's são definidas sempre de modo a se localizarem 100% dentro de uma das colocações do grupo. Assim, cada proprietário terá o manejo florestal realizado em sua colocação em um ano, ficando os demais anos do ciclo aguardando o retorno à sua área. No ano em que o manejo florestal é realizado em sua colocação, o proprietário recebe a receita obtida da comercialização dos produtos, subtraído de uma taxa fixa que é paga para os demais proprietários que compõem o grupo, atualmente estabelecida em R\$ 500,00. Desta forma, todo ano os membros do grupo recebem um capital proveniente do manejo, mesmo sem realizar nenhuma atividade de exploração, apenas por se comprometer em manter sua área florestal destinada ao manejo.

O produto da exploração das 2 unidades anuais de manejo florestal é comercializado conjuntamente, sob administração da ASSER. A renda obtida é utilizada para pagar os custos operacionais e o restante é repassado para os manejadores. A madeira é comercializada em toras, no pátio da floresta.

As atividades operacionais de manejo florestal são realizadas em grande parte pelos próprios associados que receberam treinamentos específicos para atividades de exploração de impactos reduzido. Além disso, técnicos florestais contratados pelo CTA acompanham as atividades de manejo. Apenas as atividades de construção e manutenção de estradas, pátios e ramais de arraste, assim como o arraste de toras da floresta até o pátio, são realizadas por uma empresa contratada, que segue as orientações dadas pelos manejadores, que realizam todo o planejamento anterior.

As atividades de manejo florestal podem ser divididas em 3 fases, da seguinte forma:

FASE PRÉ-EXPLORATÓRIA:

Definição das Unidades de Produção Anual: São definidas de acordo com as características do terreno e da rede hidrográfica e proximidade do ramal principal. Possuem em torno de 50 ha e se localizam inteiramente dentro de uma colocação. São manejadas 2 UPA's por ano, uma em cada grupo de manejadores.

Inventário Florestal 100%: A metodologia utilizada segue a Portaria 04 do IBAMA, de março de 2002, para manejo florestal comunitário. Consiste na abertura de picadas de 50m em 50m ao longo de um ramal principal dentro da UPA, sendo o início destas picadas sinalizado com marcos que indicam o comprimento. A UPA é georreferenciada com o uso de GPS, sendo automaticamente georreferenciadas as picadas de inventário.

Dentro desta faixas de 50m a equipe de inventário composta por manejadores e técnicos levanta informações de todas as árvores comerciais e potencialmente comerciais, com diâmetro acima de 35 cm. Cada árvore é identificada com uma placa de metal numerada, e são coletadas as seguintes informações: Nome vulgar, Circunferência a altura do peito - CAP, altura total, altura comercial, classe de qualidade, existência de danos e observações gerais sobre a árvore e sobre o ambiente onde ela se insere. Em 2003 foram inventariadas 339 espécies, conforme indicações de mercado.

Durante o inventário, é realizado corte de cipós quando necessário. Além disso, a equipe de inventário localiza e registra o contorno da rede hidrográfica e localização relativa das árvores em um

croqui anexo a ficha de campo.

Análise de dados e seleção de corte: Os dados coletados são processados em programas específicos de planilhas, bancos de dados e sistema de informação geográfica. A análise destes dados, realizada pelos técnicos do CTA, gera informações de abundância, densidade e volume das espécies inventariadas, e produz mapas de distribuição das mesmas.

A seleção de corte é realizada seguindo critérios de exclusão de árvores com DAP abaixo de 60 cm, árvores localizadas em áreas de preservação permanente, indivíduos de classe de qualidade inferior, espécies com corte proibido por lei, espécies que apresentem baixa densidade (menos que 2 indivíduos com DAP < 60cm na UPA), espécies utilizadas tradicionalmente pela comunidade (óleos, casca, frutos, sementes) e espécies que representem importante fonte de alimentação para fauna.

Após a seleção das árvores de corte, é produzido um mapa de colheita que indica a localização das árvores selecionadas, das árvores protegidas (denominadas árvores de futuro), das áreas de preservação permanente, e primeiras indicações para o traçado das estradas, pátios e ramais de arraste principais e secundários.

FASE EXPLORATÓRIA

Abertura de estradas e pátios: A ASSER se propõe a realizar a implantação de infraestrutura sempre um ano antes da exploração florestal. Toda infraestrutura será permanente, sendo prevista a utilização nos ciclos subseqüentes e também como via de acesso à novas UPA's.

O traçado das estradas principais e secundárias, e dos ramais de arraste principais e secundários seguem um planejamento prévio realizado sobre o mapa de colheita, onde estão plotadas todas as árvores inventariadas, rede hidrográfica e acidentes do relevo. A abertura é realizada por empresas contratadas sob orientação e acompanhamento direto dos proprietários e de técnicos do projeto. Prevê-se uma abertura máxima de 800m de estradas secundárias por UPA (~ 50 ha), o que resultaria em um total de 1.600m/ano.

Os pátios também constituirão infraestrutura permanente e terão em média 500 m² e serão alocados ao longo das estradas secundárias de forma sistemática, preferencialmente em áreas de clareiras naturais ou com alta ocorrência de cipós e taboca.

Abate e queda direcionada: A atividade de corte é realizada por equipes treinadas que utilizam necessariamente os equipamentos de proteção individual. As equipes utilizam o mapa de colheita para encontrar as árvores selecionadas no talhão de exploração. Ao chegar na árvore, a equipe faz uma definição da direção de queda buscando com isso evitar danos às árvores de futuro, facilitar a atividade de arraste, e garantir a segurança do operador.

Após a escolha da direção de queda, a equipe faz uma limpeza ao redor da linha de corte da árvore e abre dois caminhos de fuga na direção oposta a queda prevista. Além disso, é feito teste de oco enfiando o sabre na tora e, caso seja constatado o oco, a árvore é mantida em pé. O corte é realizado

utilizando técnicas de direcionamento de queda, com boca, dobradiças e degraus de segurança.

Planejamento das trilhas de arraste: o planejamento é realizado com base nos mapas de colheita, procurando traçar o caminho mais curto, que ofereça menor resistência e minimize os danos à árvores comerciais e de futuro. Feito o planejamento prévio, as trilhas são demarcadas em campo com a utilização de fitas plásticas coloridas.

Arraste de toras: operação realizada por empresas terceirizadas, com o uso de tratores florestais de pneus (skidder) ou tratores agrícolas acoplados com guinchos hidráulicos, que buscam as toras no local de abate e as puxam até o pátio.

Atividades de pátio: as toras são comercializadas no pátio, onde são feitas atividades de romaneio e controle de cadeia de custódia, quando as toras são medidas e registradas em uma ficha de campo. Em seguida, as toras são carregadas nos caminhões, sendo a pá carregadeira e o caminhão de propriedade do comprador.

FASE PÓS-EXPLORATÓRIA:

Proteção florestal: a proteção florestal das unidades de manejo são realizadas buscando-se minimizar o risco de incêndio e evitar casos de invasões, pesca, caça e saque ilegal de madeira. Neste sentido, as UPA's são localizadas preferencialmente cercadas de áreas florestais, evitando limites com estradas. Quando da ocorrência de incêndio, será procedida a execução de aceiros. Além disso, estão sendo realizadas atividades preventivas junto à comunidade para informação e conscientização sobre a importância do manejo, reduzindo assim o risco de invasões às áreas de manejo.

Manejo de PFM's:

O objetivo principal do plano de manejo comunitário é a produção para a comercialização de óleo de Copaíba e sementes de Jarina, de forma organizada, contínua e duradoura, com retorno econômico e preservação de manutenção do ecossistema. Os objetivos específicos são:

- 1 Coletar e comercializar frutos de Jarina e óleo de Copaíba de acordo com as normas e critérios estabelecidos na legislação vigente.
- 2 Conciliar desenvolvimento econômico dos extrativistas com a conservação da floresta.
- 3 Estimular o uso de recursos naturais de forma sustentada, respeitando o meio ambiente e comprometendo-se com a preservação dos ecossistemas.

O manejo dos produtos florestais não madeireiros da associação envolveu uma revisão bibliográfica de ambas as espécies, incluindo a ecologia e biologia reprodutiva, estrutura populacional, inventário, cálculo da estimativa de produção, ciclo e época de colheita, pós colheita e armazenamento. Foram também desenvolvidos critérios para escolha das árvores de Copaíba a serem manejadas, assim como das jarinas aptas para exploração, sendo descritos procedimentos de pré exploração, exploração e pós exploração.

COPAÍBA:

FASE PRÉ EXPLORATÓRIA:

1. Pré mapeamento: a atividade desenvolvida antes do mapeamento onde cada manejador prepara a área através de uma busca das árvores a serem exploradas, tendo a "estrada de seringa" como referencia.
2. Mapeamento: com o uso de uma bússola é tirado um rumo. São medidos através de passos calibrado a distância entre árvores, anotando-se cada ponto e a distância entre árvores.
3. Confecção de mapas: no escritório a partir dos dados coletados no campo (rumo e distância), utilizando um programa gráfico, é plotado um mapa das Copaíbas e sua distâncias.

Foram realizados esses passos em 23 "estradas de seringa", representando 60% do total de colocações envolvidas no manejo que são ao todo 39 estradas. Para efeito de certificação estão contempladas apenas 8 colocações.

FASE EXPLORATÓRIA

A extração do óleo de Copaíba será realizada com trado e demais equipamentos que compõe um "Kit de extração". Equipamentos recomendados para uma extração segura, limpa e sem problemas fitossanitários. O kit é composto de um trado de três quartos de polegada, e 1,20 m de comprimento; recipiente plástico com bico flexível na tampa; canos de PVC de meia polegada; mangueira de borracha de três quartos de polegada.

A coleta é realizada anualmente, de forma que o manejador fura todas as árvores mapeadas. As árvores que produzirem óleo em um ano, deverão ficar em descanso por 3 anos para serem novamente furadas.

FASE PÓS EXPLORATÓRIA

O óleo será comercializado "in natura" recebendo apenas uma filtragem para retirada de restos de madeira, oriundos da própria árvore. Para manter a integridade física e química inalterada o óleo estará isento de qualquer corpo estranho.

O óleo será separado de acordo com suas características de cor e viscosidade pois são indicativos de diferenças das qualidades químicas podendo, desta maneira, obter um diferencial de preço do mercado. Será armazenado em vidros escuros e longe da luz do sol caso tenha que ficar guardado por muito tempo.

JARINA

FASE PRÉ EXPLORATÓRIA

Consiste na localização das manchas de ocorrência da espécie na qual o manejador junto com o

técnico utiliza seu conhecimento tradicional dos pontos mais estratégicos do jarinal. Calcula-se a produção do jarinal chegando a uma estimativa de produção.

FASE EXPLORATÓRIA

A exploração da Jarina é simples. As sementes são coletadas no chão, outrora frutos, após a predação de animais, que retiram a parte mais macia e carnosa, deixando a semente pronta para a coleta. O ciclo será anual e a época de colheita será realizada nos meses de dezembro a janeiro pico da queda dos frutos.

A colheita das sementes no chão garante a qualidade e a integridade física da semente de jarina, realizando um primeiro controle de qualidade. A coleta no chão próximo a planta matriz ocorre após a queda natural dos frutos. As sementes são colhidas ao redor da mãe, coletando somente as sementes boas, acondicionando-as em sacos plásticos ou em cestos de cipó ou palha, até o local de sua armazenagem.

FASE PÓS EXPLORATÓRIA

Secagem: as sementes serão secas ao sol sobre lonas por três meses.

Seleção: as sementes secas irão passar por um processo de seleção por tamanho, qualidade e formato, eliminando as defeituosas e degradadas.

Remoção do tegumento externo: após a verificação será removida a casca que cobre a semente de forma manual utilizando facas ou canivetes, deixando-as secar ao sol mais uma semana.

Transporte e comercialização de PFM's

O óleo de Copaíba e a semente da Jarina serão transportados pelos manejadores até a sede da associação, eventualmente utilizando-se para isso de animais (burros, bois, etc.). Para tal, tanto o óleo como as sementes deverão estar adequadamente embalados. Posteriormente lotes de amostras serão levados à Rio Branco e terão suas análises realizadas pela Universidade Federal do Acre, laboratório de química.

Medidas para redução de impactos do manejo de PFM's:

De uma maneira geral, a associação identificou algumas medidas que podem ser adotadas durante as atividades de coleta, considerando as reais possibilidades de seu cumprimento pela comunidade. Considerou-se o bem-estar da planta, o abastecimento da fauna e a manutenção do ecossistema e da espécie.

As seguintes medidas foram estabelecidas pelo grupo:

Jarina:

- 1 Serão colhidas as sementes somente após a sua queda natural;

- 2 Serão colhidas as sementes somente no pico de produção, e evitando o início e o término da frutificação, deixando os frutos que amadurecerem primeiro e por último na floresta, assim como aqueles que eventualmente não forem colhidos durante o pico;
- 3 Quando houver possibilidade será feito um rodízio de áreas de exploração (manchas de jarina);

Copaíba:

- 1 Só serão exploradas árvores com o trado;
- 2 O tempo mínimo para descanso será de três anos;
- 3 O buraco feito deverá ser devidamente fechado de acordo com as recomendações de coleta;
- 4 Será verificado nas Copaíbas exploradas a ocorrência de fungos, cupins, podridão entre outros;

Para as duas espécies:

- 1 Será evitado o pisoteio nas áreas, tanto de pessoas como de animais de carga;
- 2 Serão utilizados os caminhos já existentes, evitando abrir novos caminhos;
- 3 Caso necessário serão abertos novos picos e evitando locais de abrigo de fauna dependente ou que tenha algum um valor de reprodução, proteção ou esconderijo de fauna;

1.4 Contexto Ambiental e Socioeconômico

O Projeto de Assentamento Extrativista São Luiz do Remanso está localizado no Município de Capixaba, Estado Acre, a cerca de 120 km de Rio Branco. O PAE foi criado em 1988 e possui uma área de 39.570 hectares. A atividade econômica principal da região é a extração de produtos da floresta, principalmente a castanha e a borracha. Em um segundo plano está a atividade agrícola e a pecuária. Na paisagem predomina a ocorrência de floresta ombrófila aberta, com relevo ligeiramente ondulado a ondulado, recortado por inúmeros igarapés perenes e temporários. As áreas de pastagem e agricultura são relativamente pequenas, dificilmente excedendo mais de 10 ha por unidade produtiva familiar.

Áreas de capoeira em diferentes estágios sucessionais são constantes na paisagem, fruto da agricultura itinerante de subsistência praticada na região. A caça constitui-se em uma importante fonte de alimento, praticada por quase todas as famílias da região, assim como a coleta de diversos frutos da floresta. A unidade administrativa é a colocação, conjunto de terras que pertencem a uma família, onde estão as estradas de seringa, castanhais, áreas de pasto, roçados e a casa. Conseqüentemente, não existe um núcleo habitacional que congrega os moradores da região. Em média, cada colocação tem cerca de 300 hectares.

Existem postos de saúde instalados na área de abrangência da ASSER, mas estes são pouco atuantes por falta de apoio dos governos municipais e estaduais, permanecendo fechados por falta de material e agente local. A prática de medicina caseira é comum, sendo possível identificar pessoas que possuem um maior conhecimento no uso de ervas medicinais. O saneamento básico é praticamente inexistente, ficando a cargo de cada família a construção de fossas e poços de captação de água.

Existem escolas municipais que oferecem o ensino fundamental e mais recentemente o básico, sendo os professores da própria comunidade. Não há energia elétrica nas casas. A população local é proveniente de diversas regiões, predominando nortistas e descendentes de nordestinos que já habitavam a região. Atualmente são 99 famílias vivendo no PAE São Luiz do Remanso. O transporte se dá por estrada até a Rodovia BR 317. Existe um ônibus, denominado “ônibus da feira” que regularmente percorre os ramais do PAE fazendo o transporte de pessoas e mercadorias, constituindo no principal meio de transporte e de escoamento da produção da região.

A partir do Rio Acre também é possível navegar até a capital, Rio Branco, em uma viagem de mais de 5 horas. Os moradores do PAE São Luiz do Remanso são representados por três associações comunitárias: São Luiz do Remanso, Boa Fé e Nova Vida. Geograficamente, a Associação Boa Fé congrega principalmente as famílias localizadas perto dos limites do PAE com a rodovia, a Associação Nova Vida representa as famílias que vivem entre o limite oeste do PAE e o Rio Acre, que corte o Projeto de Assentamento. Entre as duas, está a **Associação dos Seringueiros de São Luiz do Remanso – ASSER**.

A gestão local do PAE se dá a partir da atuação das associações locais e de um comitê gestor interno. Este comitê é formado por representantes de cada associação local e mais um representante do CTA, Centro dos Trabalhadores da Amazônia e do Conselho Nacional de Seringueiros – CNS. Existem reuniões periódicas do comitê para discutir problemas comuns à população local como acesso à saúde e educação, questão fundiária com a venda terras e desmatamento dentro do PAE. Atualmente o comitê vem discutindo a elaboração e implementação de um Plano de Desenvolvimento Local, documento que substituirá o Plano de Utilização originalmente elaborado quando da criação do PAE.

A ASSER foi criada em 1994 com o objetivo de captar recursos financeiros para apoiar as atividades produtivas da população local e contribuir para regularização fundiária dos assentados. Inicialmente mais de 70 famílias eram associadas e atualmente são pouco menos de 40.

O manejo florestal de uso múltiplo envolve atualmente 20 famílias organizadas em grupos, todas associadas da ASSER. Segundo os próprios associados, as maiores conquistas foram a construção do ramal que dá acesso a maioria das colocações da reserva e a elaboração do Plano de Utilização do PAE. A ASSER se relaciona com instituições como CNS, CTA, INCRA, IBAMA, Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural – SEATER, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Estadual de Fazenda, entre outras.

O CTA vem trabalhando na região desde 1989 promovendo o desenvolvimento social a partir de ações participativas de promoção da saúde, educação e economia local em uma estreita parceria com a população da região.

Com o intuito de gerar novas alternativas de sistema e modelos de manejo florestal comunitário para populações extrativistas, o CTA iniciou no ano de 2001 o projeto de apoio ao manejo florestal na Reserva Extrativista de São Luis do Remanso.

A ASSER tornou-se foco das ações e, assessorada pelo CTA, formou grupos de produtores para o trabalho em áreas comuns de manejo, determinadas por aspectos sociais, ambientais, principalmente hidrografia e relevo.

1.5 Produtos obtidos e Cadeia de Custódia

A. Espécies e Volumes cobertos pelo Certificado

Tabela 5: Produção Certificada

Espécie	Nome científico	Volume anual	Produto
Copaíba	<i>Copaifera sp</i>	Estimado em 285 l	Óleo de Copaíba.
Jarina	<i>Phytelephas sp</i>	Estimado em 70 t	Semente de jarina
Espécies florestais com fins madeireiros	Varias spp.	1.000 m ³	Madeira em toras / casca das toras exploradas.

B. Descrição da capacidade atual e planejada de processamento coberta pelo certificado

A ASSER não realiza o processamento das toras que explora. Assim, o produto madeireiro sob escopo desta avaliação são toras de madeira de espécies nativas, comercializadas no pátio da floresta. Assim, a cadeia de custódia avaliada realiza o controle que se inicia no inventário e termina no pátio da floresta com a venda do produto. Eventualmente, a ASSER retira as cascas das toras exploradas para comercialização. Esta atividade é realizada no pátio florestal e possui formulários de controle de produção e comercialização específicos.

No caso da Jarina, a ASSER não possuía no momento da avaliação uma unidade de processamento e ainda não tem estimativas de capacidade de produção e nem de processamento. Basicamente será realizado processo de manufatura para elaboração de produtos acabados como artesanato e botões. Um galpão fabril será construído e fará parte do escopo da certificação, sendo utilizado exclusivamente para o processamento da Jarina coletada pelo grupo de associados candidatos à certificação.

O óleo de copaíba não demanda processamento, e será comercializado na forma bruta que é coletado das árvores.

2. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO

2.1. Datas da Avaliação

Datas	Fatos
-------	-------

26/10/04	Pré – planejamento da avaliação completa em Rio Branco
27/10/04	Deslocamento para a área e primeiro dia de trabalho Participação de uma reunião da ASSER, com lideranças e comunitários, onde foi apresentado o motivo da visita do IMAFLORA e apontado alguns pontos sobre certificação.
28 e 29/10/04	Visita a primeira colocação: Estrangeiro I Reunião interna dos auditores e posterior reunião com equipe do CTA Visitas as colocações: Estrangeiro I e IV – Curupati; Cutiara; Pelados I, Jarinal e Pernambuco. Reunião com os comunitários e técnicos do CTA no PAE para comentar as impressões gerais sobre a visita e esclarecer eventuais dúvidas pendentes. Outra reunião ainda no mesmo dia somente com os técnicos do CTA em Rio Branco.
31/10/03	Realizada reunião pública no auditorio do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, com 05 presentes,
Dezembro/03	Início do relatório
Março/04	Revisão pelos revisores externos (peer Review).
Julho de 2004	Envio e recebimento das pré condições da ASSER ao IMAFLORA
16 e 17/08/04	Verificação de Pré-condições
Agosto de 2004	Termino do relatório de Pré- condições.
Setembro de 2004	Envio do relatório completo para SW.
.....	Aprovação da certificação

2.2 Equipe de Avaliação e Peer Review

Mauricio de Almeida Voivodic²: Engenheiro Florestal, Coordenador de Florestas Naturais do Programa de Certificação Florestal do Imaflora. Possui experiência em manejo de florestas naturais e em processos de certificação florestal do FSC e método SmartWood, a partir de trabalhos de certificação que vem realizando nos últimos anos na Amazônia, tanto de manejo florestal comunitário como empresarial. Líder de equipe.

Alexandre Dias de Sousa: Engenheiro Florestal, Técnico do Programa de Certificação Florestal do Imaflora e responsável técnico por certificação de manejo comunitário e de PFM's. Tem trabalhado há 9 anos em projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia com diversos produtos florestais não-madeireiros.

André da Silva Dias: Engenheiro Florestal, consultor em projetos de manejo florestal de impacto reduzido na Amazônia, principalmente em técnicas de exploração e em capacitação de funcionários de campo, técnicos e diretores de empresas florestais. Possui mestrado em manejo florestal diversificado e experiência em manejo florestal na Amazônia em escala comunitária e empresarial.

² Auditor na avaliação completa, e na auditoria de verificação de pré-condições.

Revisor 1: Engenheira agrônoma, doutoranda em Desenvolvimento do Trópico Úmido, experiência com critérios e indicadores de manejo florestal sustentável, trabalho em comunidades amazônicas, questões de gênero, certificação florestal e gestão ambiental. Desde 2000 participa de processos de avaliação, monitoramento e revisão de relatórios (peer review) de certificação florestal em empresas e comunidades da Amazônia.

Revisor 2: Formação acadêmica em Engenharia Agrônoma com ênfase em Agroecologia pela Universidade Federal de São Carlos, especialmente com sistemas agroflorestais em propriedades familiares. Trabalhou em processos de certificação agrícola e, principalmente com certificação de produtos florestais (FSC) não madeireiros em florestas nativas; Participação no Curso de Formação de Auditores Líderes do Smart Wood, realizado na Bolívia. Atualmente, está finalizando o curso de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Recursos Genéticos Vegetais na Universidade Federal de Santa Catarina, com concentração na área de Etnoecologia e Ecologia social.

2.3 Processo de Avaliação

Durante a fase de avaliação de campo, como parte normal de um processo de certificação SmartWood a equipe conduziu os seguintes passos.

Análise pré-avaliação- A ASSER recebeu uma visita técnica de técnicos do Imaflora quando foram levantados os subsídios para o planejamento da avaliação. Além disso, o CTA relatou ao Imaflora todos os documentos que estariam disponíveis para a avaliação. **Seleção de Sites** – Foi realizada uma seleção das colocações a serem visitadas em função das atividades de manejo dos diferentes produtos manejados. Buscou-se visitar áreas de acordo com as atividades desenvolvidas de exploração dos produtos madeireiros e não madeireiros.

Entrevistas e revisões em campo – Foram realizadas visitas de campo onde, de forma conjunta e individual, os auditores visitaram áreas de exploração madeireira e não madeireira.

Elaboração do Relatório de Avaliação – O relatório de avaliação foi realizado em um período de 3 meses após o término do trabalho de campo. Durante esse período de elaboração de relatório, a equipe responsável continuou conduzindo entrevistas com partes interessadas e outras indagações.

Revisão do Relatório pelos revisores (Peer Review) e Operação Candidata- O relatório preliminar final foi revisado pela OMF e por dois revisores independentes (peer review).

Auditoria de verificação de pré-condições: Após finalizado o trabalho de cumprimento de pré-condições, por parte da operação candidata, foi realizada uma auditoria de campo, composta por entrevistas e checagens de campo e documental, para a verificação e encerramento das pré-condições.

Decisão de Certificação – A decisão de certificação foi tomada pelo Escritório Central do Programa SmartWood. Isto foi feito após a revisão dos comentários efetuados no relatório preliminar pela OMF e os revisores independentes (peer review).

Tabela 06. Sumário das Áreas Florestais Visitadas pela Equipe de Avaliação SmartWood

Colocação	Proprietário	Atividade visitada
Pernambuco	Jose (Zezinho)	Não pratica manejo
Não registrada	Lucio	Não pratica manejo
Curupati	Jose Amorin da Silva	Não pratica manejo
Cutiara	Baider	Área de exploração de copaíba
Pelados I	Jose ou Oswaldo	Área de exploração de copaíba
Estrangeiro I	Almir Antonio da S. Lima	Área de exploração de copaíba e jarina
Brabo II	Maria Girão da Silva	Área de exploração de copaíba e jarina
Jarinal	Antônio Rodrigues	Área de exploração de copaíba e jarina, e área onde houve exploração madeireira em 2003
TOTAL	08	

2.4 Diretrizes/Normas Utilizadas

Para esta avaliação foram considerados as Diretrizes Genéricas do SmartWood para a Avaliação do Manejo Florestal (março de 2002) e os Padrões de Certificação do FSC para Manejo Florestal em Terra Firme na Amazônia Brasileira. Além disso, a equipe de avaliação utilizou o documento anexo – *Adendo para Produtos Florestais Não Madeireiros* – do SmartWood, para a análise do manejo de PFM's, tendo seus indicadores sinalizados como indicadores adicionais em cada critério.

2.5 Processo de consultas e resultados

O propósito da estratégia de consulta com partes interessadas (stakeholders) para essa avaliação foi a seguinte:

- 1) assegurar que o público está consciente e informado sobre o processo de avaliação e os seus objetivos;
- 2) auxiliar a equipe de avaliação de campo identificando tópicos potenciais ; e,
- 3) fornecer oportunidades para que o publico possa discutir e agir quanto às evidências da avaliação.

Esse processo não é apenas uma notificação às partes interessadas, mas sempre que possível, deve ser uma interação detalhada e com significância com as partes interessadas. A finalização da fase de visitas de campo não interrompe o processo de interação com as partes interessadas. Mesmo após a decisão de certificação, o Programa SmartWood receberá, a qualquer hora, comentários sobre operações certificadas e tais comentários podem fornecer bases para auditorias de campo.

No caso da ASSER, antecedendo ao processo de avaliação atual, foi elaborado um documento público de consulta a partes interessadas, sendo distribuído por e-mail, FAX e mala de correios. Através de contatos e via internet foi feita uma lista de organizações e partes interessadas e anúncios públicos foram enviados a elas. Foi realizada reunião pública no AUDITÓRIO DO SEBRAE, cito rua Rio Grande do

Sul, 109, CENTRO às 14:00hs do dia 31.10.03, com o numero de 05 presentes. Foi realizado previamente (cinco dias antes) anúncio em jornal de circulação local (5.000 tiragens no JORNAL PAGINA 20), e foram enviados e-mails com o anúncio da reunião pública para ONGs, Governo, sindicatos, entre outros.

Tópicos Identificados através dos Comentários de Consultados e Reuniões Públicas

As atividades de consultas a partes interessadas foram organizadas para dar aos participantes a oportunidade de fornecer seus comentários de acordo a categorias gerais de interesses, baseados nos critérios da avaliação.

A reunião pública, apesar da divulgação, não obteve uma participação significativa comparecendo apenas cinco pessoas sendo que apenas 3 permaneceram no local. Este fato ocorreu devido à operação ser bastante conhecida, e não apresentar nenhuma questão polêmica ou problema sério em sua gestão. Os participantes que permaneceram eram técnicos conhecedores da operação e do FSC, logo não ou houveram perguntas ou questionamentos a comentar.

Tabela 07: Comentários de Partes Interessadas

Princípio FSC	Comentários	Resposta do SW
P1: Compromisso com o FSC / Cumprimento Legal	Não houve.	Não foi necessária
P2: Posse, Direitos de Uso & Responsabilidades	Não houve.	Não foi necessária
P3 - Direitos dos Povos Indígenas	Não houve.	Não foi necessária
P4: Relações com a Comunidade & Direito dos Trabalhadores	Não houve.	Não foi necessária
P5: Benefícios da Floresta	Não houve.	Não foi necessária
P6: Impactos Ambientais	Não houve.	Não foi necessária
P7: Plano de Manejo	Não houve.	Não foi necessária
P8: Monitoramento & Avaliação	Não houve.	Não foi necessária
P9: Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação	Não houve.	Não foi necessária

3. RESULTADOS, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

3.1 Discussão Geral das Evidências

Tabela 08: Evidências por Princípio do FSC

Princípio /Área Temática	Pontos Fortes	Fragilidades
P1: Compromisso com o FSC / Cumprimento Legal	A ASSER está de acordo com a lei e demonstrou compromisso com os P&C do FSC.	Ausência de um local específico para manutenção de documentos da associação e do manejo (condição 1) Falta de procedimentos para lidar com as freqüentes invasões para atividades ilícitas à áreas do PAE São Luiz do Remanso. (pré condição 1, e condição 2).
P2: Posse, Direitos de Uso & Responsabilidades	A associação possui uma boa organização comunitária e disposição para o trabalho, facilitando sua mobilização para temas como de avaliação de impactos ambientais. Os responsáveis pela unidade de manejo possuem documentação que comprovam o direito de uso legal da terra Os manejadores claramente reconhecem a ASSER como sua representante e responsável legal	Não há um registro dos atuais conflitos de uso e o encaminhamento tomado para sua solução. (pré-condição 1 e condição 2)
P3 - Direitos dos Povos Indígenas	Todos os acordos e negociações relativos ao manejo florestal são executados pela a Associação, garantindo a participação e autonomia da população local.	Não verificadas.
P4: Relações com a Comunidade & Direito dos Trabalhadores	As atividades de manejo florestal são realizadas pelos próprios moradores, não havendo relação trabalhista formal entre eles Os manejadores são capacitados para as atividades que exercem e os grupos identificam	Falta de um sistema que garanta o cumprimento da legislação trabalhista por parte dos terceiros. (condição 3)

	claramente as responsabilidades de cada membro dentro das atividades de manejo florestal.	
P5: Benefícios da Floresta	A ASSER Trabalha com 72 espécies, 30 delas comerciais, diversificando bastante a produção madeireira. Utilização de PFNMs de forma comercial.	A madeira é comercializada em tora, com baixo valor agregado (condição 4) A diversificação para os PFNM ainda é relativamente baixa. (condição 5)
P6: Impactos Ambientais	A concepção do projeto tem refletido nas práticas de manejo.	Ocorrência de desperdícios nas áreas de exploração madeireira, assim como danos significativos em alguns locais visitados (Pré-condição 1). Não existem regras estabelecidas para a prática de caça de animais silvestres (condição 7). As práticas de manejo para a Jarina e copaíba ainda estão em estudos iniciais, e não existem informações que assegurem a manutenção do estoque (condição 8) A infra estrutura implementada não recebe monitoramento nem manutenção (condição 9). As práticas de coleta de PFNM's não são padronizadas entre os manejadores, e assim não permitem um monitoramento efetivo (condição 10).
P7: Plano de Manejo	As práticas de manejo dos PFNM's estão bem desenvolvidas para a copaíba. Existe um acompanhamento técnico das ações de manejo por parte do CTA, com cada vez mais apropriação de técnicas pelos comunitários. Existência de Plano de Manejo e POA's aprovados pelo Ibama.	As práticas de manejo de PFNM's não são claras à todos os manejadores, e não foram formalizadas. (Pré-condição 1). Não existem regras definidas para a entrada e saída de manejadores no grupo (pré-condição 1). O Plano de Manejo não descreve as práticas de monitoramento, e nem a forma como o Plano de Manejo será revisado e disponibilizado para consulta (condições 11, 12 e 13)
P8: Monitoramento & Avaliação	Existe uma proposta de monitoramento para medir	Falta de um sistema de monitoramento definido (condição

	<p>impactos do manejo de PFNM . Existem comunitários capacitados para coleta de dados. A matriz de monitoramento envolve vários agentes da cadeia produtiva.</p>	<p>14); Falta de procedimentos de controle de origem dos PFNM's (condição 15)</p>
P9: Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação	<p>O manejo florestal realizado pela ASSER mantém os AAVC, que são necessários à subsistência da comunidade.</p>	<p>Não verificadas</p>

3.2 Decisão de Certificação

Baseado numa revisão detalhada de campo, análises e compilação de evidências encontradas por essa equipe do Programa SmartWood, a **ASSER** está recomendada a receber a certificação conjunta FSC/SmartWood para Manejo Florestal e Cadeia de Custódia (FM/COC) com as condições estipuladas e na contingência de completar com sucesso as pré-condições listadas abaixo.

Para manter a certificação, a **ASSER** passará por auditorias de campo (on-site) anualmente, sendo exigida a permanecer de acordo com os princípios e critérios do FSC, como poderá vir a ser definido em normas regionais desenvolvidas pelo SmartWood ou pelo FSC. A **ASSER** deverá também ser exigida a cumprir as condições descritas abaixo.

Especialistas do Programa SmartWood estarão revisando anualmente, durante auditorias programadas ou ao acaso, a continuidade no bom desempenho do manejo florestal e o cumprimento com as condições descritas neste relatório.

3.3 Pré-condições, Condições e Recomendações

Tabela 09: Pré-condições estabelecidas para a certificação da ASSER

Pré-condição 1	<p>A associação deverá promover reuniões internas com a comunidade sobre o tema de atividades ilegais, invasões e extração ilegal de recursos florestais dentro do PAE, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> I) formalizar e apresentar uma posição em relação ao tema, com estratégias de mobilização da comunidade contra as atividades ilegais; II) apresentar formalmente mecanismos específicos a serem adotados para resolução de conflitos acerca de invasões e extração ilegal de recursos florestais de dentro das áreas do PAE.
Resultado	<p>Os membros da associação se reuniram em assembléia no dia 13 de março de 2004 para discutir, entre outros temas, a questão de</p>

	<p>atividades ilegais, invasões e extração ilegal de recursos florestais. Foi definido que nos casos verificados, a associação irá informar o comitê gestor do PAE São Luis do Remanso – composto por representantes das associações presentes no PAE, mais representantes do CTA e do CNS – que por sua vez irá encaminhar o tema para os órgãos responsáveis, sejam eles o IBAMA, o INCRA, ou IMAC).</p> <p>A ata da reunião foi elaborada e enviada ao Imaflora, contando com a assinatura de todos os manejadores envolvidos, além de outros associados que participaram da reunião.</p>
Conclusão	<i>Pré-condição cumprida e encerrada.</i>

Pré-condição 2

<p>A associação deverá implementar uma avaliação de danos e desperdício da operação de colheita florestal, incorporando medidas mitigadoras, se houver, no plano de manejo</p>	
Resultado	<p>A associação, com o apoio técnico do CTA, realizou uma avaliação de danos e desperdícios da exploração florestal nas UPA's de 2003. Os resultados obtidos foram formalizados em um relatório, que foi entregue ao Imaflora e ao IBAMA. A metodologia utilizada seguiu se baseou em um manual de exploração de impacto reduzido da FFT, e possibilita algumas informações que podem ser utilizadas para revisar as técnicas de manejo, se comparadas ano a ano. Além disso, algumas adequações na metodologia são importantes para que se consiga estimar os impactos das atividades de exploração de forma confiável.</p>
Conclusão	<i>Pré-condição foi parcialmente cumprida, aplicando-se condição adicional (condição 12, apresentada abaixo).</i>

Pré-condição 3

<p>A associação deverá em reunião, registrada, junto com todos os manejadores de produtos florestais não madeireiros, abordar os detalhes do processo de certificação e as responsabilidades assumidas, definindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> I) Práticas comuns de manejo, por espécie, adotadas pelo grupo, incluindo medidas para diminuir o impacto na planta explorada e no ambiente; II) Regras para a entrada e saída do grupo. 	
Resultado	<p>A ASSER se reuniu em assembléia e, com o apoio dos técnicos do CTA, elaborou as regras de manejo de uso múltiplo, as regras de funcionamento do grupo de manejadores – incluindo regras de entrada e saída do grupo – e ainda as devidas punições no caso do não cumprimento por parte de algum manejador.</p>
Conclusão	<i>Pré-condição cumprida e encerrada.</i>

Tabela 10: Condições para a certificação florestal da ASSER.

Cód.	Condição	Critério	Prazo
1	A associação deve manter um arquivo com todos os comprovantes de pagamento de taxas aplicáveis a atividade de manejo florestal.	4.1.2	01 ano
2	Apresentar anualmente ao Imaflora o andamento dos casos de invasão de áreas florestais dentro do PAE SLR, e a ação tomada pela ASSER.	4.1.5 4.2.3	Permanente
3	A associação deverá criar um sistema que garanta e monitore o cumprimento de toda a legislação trabalhista por parte dos terceiros que executam atividades dentro da área de manejo florestal.	4.4.2	01 ano
4	A ASSER deverá buscar parcerias para a coleta de informações sobre os impactos das práticas de manejo florestal, de modo a criar um sistema de monitoramento que seja efetivo e possa ajustar as técnicas de manejo aplicadas.	4.6.1	01 ano
5	Estabelecer regras internas na associação sobre a caça de animais silvestres, de modo a garantir a manutenção das populações de fauna nas áreas de manejo.	4.6.2	01 ano
6	Implementar sistema periódico de monitoramento e manutenção de infraestrutura.	4.6.5	01 ano
7	Incluir na primeira revisão do Plano de Manejo descrição das atividades de monitoramento.	4.7.1	quando da revisão do Plano de Manejo Florestal
8	Apresentar alterações nas práticas de manejo florestal relacionadas aos resultados das atividades de monitoramento.	4.7.2	02 anos
9	A associação deverá disponibilizar um resumo do plano de manejo para consulta pública, voltado para entidades representativas como lideranças comunitárias, sindicais e de associações de agricultores, empresários da região, devendo o resumo conter uma breve descrição do manejo florestal, e indicadores relacionados aos impactos ambientais, sociais e econômicos do manejo.	4.7.4	01 ano
10	A associação deverá em reunião, registrada, junto com	4.8.1	Antes da

	<p>todos os manejadores de produtos florestais não madeireiros definir quais as Informações básicas que deverão ser coletadas por cada manejador para alimentar o monitoramento visando identificar impacto ambiental e “retroalimentar” as práticas de manejo.</p>		<p>primeira safra certificada</p>
11	<p>A associação deverá elaborar documentos e procedimentos de registro dos PFNM que relacione todas as informações referentes a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. quantidades e produtos coletados, 2. datas de coleta, beneficiamento e venda, 3. pessoas e colocações envolvidas na coleta; 4. documentação associada a venda do produto (Notas fiscais e ATPFs); 	4.8.3	<p>Antes da primeira safra certificada</p>
12	<p>Realizar anualmente a avaliação de danos e desperdícios nas UPA's exploradas, e sistematizar as informações de modo a poderem ser comparadas ao longo dos anos. Incluir na metodologia avaliação de danos à árvores atingidas pela atividade de derruba.</p>	<p>Pré- condição 2</p>	<p>Prazo: 1 ano.</p>

**Monitoramento Anal 2005;
Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista São Luiz do Remanso – ASSER
SW-FM/COC-NTFP1342**

1. Processo de Auditoria

1.1 Auditores e qualificações:

Patrícia Cota Gomes: Engenheira Florestal, mestre em manejo florestal e responsável pela certificação de manejo florestal comunitário e produtos florestais não madeireiros do Programa de Certificação Florestal SmartWood/IMAFLOA e coordenadora do Programa de Treinamento e Capacitação do Imaflora. Possui experiência como auditora em processos de certificação florestal do FSC e método SmartWood para MF e COC.

1.2 Cronograma da Auditoria

Data	Localização /Sítios principais	Principais atividades
05/09/05		Deslocamento Rio Branco ate a comunidade.
05/09/05 e 06/09/05	PAE – SLR / Grupo Jarinal e Grupo Santo Antonio	Acompanhamento das atividades de exploração florestal madeireira.
06/09/05	PAE SLR / Grupo Jarinal e Grupo Santo Antonio	Entrevistas com manejadores e não manejadores e visita às unidades de produção de artesanatos.
06/09/05	PAE SLR / Colocação Estrangeiro I	Acompanhamento das atividades de escalada em árvores para coleta de sementes para mudas.
06/09/05	Colocação Estrangeiro III / PAE SLR	Reunião de encerramento com os comunitários e técnicos.
09/09/05	CTA / Rio Branco	Verificação de documentos relacionados ao manejo.
Número total de pessoas-dia utilizadas na auditoria: 2 = número de auditores participando 1 multiplicado pelo total de dias gastos na auditoria 2		

1.3 Estratégia de verificação

No momento da avaliação estavam sendo realizadas as atividades de manejo madeireiro nos grupos Jarinal e Santo Antônio, onde foi possível visitar todas as áreas de exploração de madeira prevista para este ano. Nestas áreas, pôde-se acompanhar as atividades de planejamento e arraste, bem como verificar a qualidade do inventário, as técnicas de abate aplicadas, abertura de ramais, aspectos de segurança e

consequentemente os impactos dessas atividades. Além disso, foi possível acompanhar as explorações da madeira branca nos talhões de 2004, que haviam sido liberadas, mas que somente foram exploradas este ano em função da existência de mercado.

As atividades de manejo não madeireiro não estavam sendo realizadas neste período, contudo foi possível acompanhar os procedimentos de escalada em árvore para coleta de diversas sementes, que segundo a associação será incluída no escopo deste certificado no próximo monitoramento.

Durante a visita foram entrevistadas ainda pessoas envolvidas no manejo madeireiro e não-madeireiro, bem como os novos integrantes do grupo de manejadores certificados de produtos florestais não madeireiros.

Posteriormente foi verificada, toda a documentação pertinente referente ao manejo, como autorizações legais, atas, planos de manejo, notas de vendas de produtos e outros.

UMF ou Sitio auditado	Justificativa para seleção	Grupo de UMF a que pertence e numero de UMF-s no grupo
Talhão 2005	Visita a UPAs (unidades de produção anual) de manejo madeireiro, para acompanhamento do planejamento de arraste.	PAE – SLR / Grupo Jarinal / Colocação Centrinho I
Talhão 2004	Visita a UPAs (unidades de produção anual), do grupo Jarinal de manejo madeireiro, para acompanhamento de arraste mecanizado.	PAE – SLR / Grupo Jarinal / Colocação Pelados II
Talhão 2004	Visita a UPAs (unidades de produção anual), de manejo madeireiro, para acompanhamento de arraste mecanizado de madeiras brancas.	PAE – SLR / Grupo Santo Antonio / Colocação Estrangeiro III
-	Acompanhamento das atividades de escalada em arvores para coleta de sementes para mudas.	PAE SLR / Colocação Estrangeiro I
-	Visita à área de produção de artesanato de sementes florestais.	PAE SLR / Colocação Santo Antônio
-	Verificação de documentos relacionados ao manejo.	Rio Branco /Escritório do CTA

1.4 Processo de Consultas a Partes Interessadas (Stakeholder)

Por se tratar de um monitoramento de uma operação de manejo comunitário de PFMNs, classificada como SLIMF (ver item 2.1), foi feito um processo simplificado de consulta.

Durante o monitoramento foram entrevistados comunitários envolvidos e não envolvidos com a certificação, além de técnicos e instituições que atuam junto a comunidade.

1.5 Mudanças aos Padrões

Não ocorreram mudanças nos padrões desde a última avaliação, sendo utilizado para a condução dessa auditoria e da avaliação anterior o padrão “Diretrizes Interinas para Avaliação de Manejo de Produtos Florestais não Madeireiros (PFNMs)”, versão 2005 do Programa SmartWood e os “Padrões de Certificação do FSC para o Manejo Florestal em Terra Firme na Amazônia Brasileira”, aprovado pelo FSC Internacional em março de 2002, que podem ser obtidos em sua íntegra na página eletrônica do FSC Brasil (www.fsc.org.br).

Porém, após a avaliação da ASSER, o FSC Internacional passou a adotar procedimentos simplificados para avaliar e monitorar operações florestais de pequena escala e baixa intensidade, denominados SLIMF³(Small and Low Intensity Managed Forests). Assim, o presente monitoramento foi conduzido utilizando estes procedimentos, por se tratar de um manejo florestal de pequena escala, baixa intensidade, que explora exclusivamente produtos florestais não madeireiros.

2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA E RESULTADOS

2.1 Mudanças na gestão florestal da OMF

A ASSER solicitou neste monitoramento a inclusão de novos manejadores no grupo certificado e também de novos produtos florestais não madeireiros, sendo sementes de diversas espécies para produção de artesanato e produção de mudas. Contudo, enquanto o relatório estava sendo elaborado, o CTA – Centro de Trabalhadores da Amazônia, instituição que apóia tecnicamente o manejo da comunidade, entrou em contato com o Imaflora informando que em função do resultado da eleição da nova diretoria da ASSER, o grupo considerou mais prudente aguardar a inserção destes novos produtos e produtores no próximo monitoramento, quando a discussão sobre o manejo florestal e certificação estiver mais madura junto à nova diretoria da associação.

O grupo certificado iniciou com 20 colocações e o manejo de jarina, óleo de copaíba e madeira. Destas, saíram 5 produtores, estando atualmente o grupo com 15 produtores,

³ FSC-POL-20-100 SLIMF Eligibility Criteria (www.fsc.org)

FSC-POL-20-101 SLIMF Streamlined Certification Procedures: summary (www.fsc.org)

conforme relacionado abaixo:

#	Nome do proprietário	Nome da colocação	Produto(s) manejado(s)	Área estimada (ha)
1	Almir Antonio da Silva Lima	Estrangeiro IV	Madeira /jarina	164
2	Antonio Rodrigues do Nascimento	Jarinal II	Madeira / copaíba /jarina	601
3	Carlos Feitosa Cavalcante	Centrinho I	Madeira	450
4	Cosmo Miranda de Oliveira	Santarém	Madeira / copaíba	258
5	Diamantina Moraes Farrapo	Duas Nações	Copaíba	800
6	Edimilson Mendes da Silva	Santo Antonio	Madeira / copaíba	246
7	Francisco Antonio de Lima	Estrangeiro I	Madeira / copaíba / jarina	492
8	Francisco Lima de Araújo	São José	jarina	300
9	Janes Ribeiro Pessoa	Sozinho	jarina	200
10	José Oliveira da Costa	Pelados I	jarina	300
11	José Pereira do Nascimento	Estrangeiro III	Madeira / copaíba / jarina	472
12	Maria Girão da Silva	Centro dos Brabos	Madeira	328
13	Neuvane Ramos de Lima	Poupança II	Madeira / jarina	164
14	Osvaldo Ortiz da Silva	Pelados II	Madeira / copaíba / jarina	430
15	Pelengrina Ribeiro Pessoa	Vai Se Vê	jarina	300
TOTAL = 15 manejadores				5.505 ha

Com o grupo atual a estimativa de produção certificada da ASSER passa a ser:

Número de Colocações Certificadas	Área (ha)	Madeira (m ³ /ano)	Copaíba (l/ano)	Jarina (Ton/ano)
15	5.505	1.000	452	70

Outra mudança ocorrida foi com relação aos procedimentos de manejo, onde a ASSER optou por realizar o manejo deste ano, sem a realização do corte de cipós com antecedência de 1 ano, conforme vinha sendo executado. De acordo com os associados, o motivo desta decisão seria de evitar o corte sistemático de cipós, que acarretaria na diminuição de um recurso importante para a fauna local, aliado à redução dos custos. Contudo o Imaflora verificou um alto impacto nas áreas exploradas (derrubada de árvores para extração da madeira) sem o corte antecipado dos cipós, com aberturas de grandes clareiras, além do aumento do risco de segurança dos trabalhadores nestas áreas. Durante a auditoria foi verificado ainda que os comunitários estavam cientes da importância de retomarem as atividades de corte de cipós, tanto em função do impacto como em função da segurança, além disso o Imaflora emitiu uma CAR (5/05) para esta questão.

2.2 Tópicos sobre Partes Interessadas

Não foram identificados durante a consulta a partes interessadas, comentários relevantes sobre o manejo florestal.

2.3 Cumprimento de Ações Corretivas aplicáveis

A seção abaixo descreve as atividades da Operação Certificada para cumprir cada uma das CARs aplicáveis estabelecidas durante avaliações anteriores. Para cada CAR está apresentada uma evidência, acompanhada da descrição de seu estado atual usando as seguintes categorias. Falhas para completar as CARs podem resultar em suspensão ou terminação de um certificado. A seguinte classificação é usada para indicar o estado de uma CAR:

Categorias Estado das CAR	Explicação
Encerrada	A Operação Certificada completou satisfatoriamente a CAR, resolvendo a não conformidade especificada.
Aberta	A Operação Certificada não completou a CAR; ainda existe a não conformidade especificada.

CAR Nº: 1/04	Referencia ao padrão: 4.1.2	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Garantir os pagamentos por parte da Associação de todos os encargos aplicáveis e legalmente exigidos para a execução do manejo florestal.			
Ação Corretiva: A associação deve manter um arquivo com todos os comprovantes de pagamento de taxas aplicáveis a atividade de manejo florestal.			
Prazo para completar a ação corretiva: Monitoramento de 2005			
Evidências da Auditoria: Em função da associação não possuir uma sede, os documentos e comprovantes de manejo ficam arquivados no escritório do CTA (Centro de Trabalhadores da Amazônia) em Rio Branco. Foi verificada uma série de documentos exigidos legalmente para a execução do manejo e comprovantes de pagamentos como, licença para transportes de produtos florestais, notas de venda, POA 2005, e todos se encontravam em dia.			
Estado: ENCERRADA		Nº da CAR: N/A	

CAR Nº: 2/04	Referencia ao padrão: 4.1.5 e 4.2.3	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Ameaça de invasões, extração ilegal de madeira e queimadas em áreas do PAE SLR, assim como em outros PAEs do estado.			
Ação Corretiva: Apresentar anualmente ao Imaflora o andamento dos casos de invasão de áreas florestais dentro do PAE SLR, e a ação tomada pela ASSER.			
Prazo para completar a ação corretiva: Monitoramento de 2005			
Evidências da Auditoria: A ASSER está encaminhando e formalizando as denúncias de irregularidades no PAE via o "Comitê Gestor do PAE SLR", que por sua vez encaminha estas demandas para os órgãos competentes. O Imaflora verificou alguns destes documentos encaminhados em 2005. Além disso, o Incra com apoio e pressão da ASSER e de técnicos, realizará ainda este ano uma avaliação do projeto que inclui o recadastramento das famílias assentadas e o levantamento da existência de atividades ilegais dentro do PAE SLR. O objetivo desse trabalho é avaliar e controlar o uso e ocupação destas áreas.			
Estado: ENCERRADA		Nº da CAR: Observação 3	

CAR Nº: 3/04	Referencia ao padrão: 4.4.2	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
--------------	-----------------------------	---------------------------------	--

Não Conformidade: Ausência de regras que garantam o cumprimento dos direitos trabalhistas e segurança dos trabalhadores terceirizados envolvidos no manejo.	
Ação Corretiva: A associação deverá criar um sistema que garanta e monitore o cumprimento de toda a legislação trabalhista por parte dos terceiros que executam atividades dentro da área de manejo florestal.	
Prazo para completar a ação corretiva: Monitoramento de 2005	
Evidências da Auditoria: São poucas as atividades de manejo florestal terceirizadas no PAE SLR, sendo que grande parte destas atividades estão sendo realizadas em parceria com a SEF (Secretaria de Floresta do AC), que tem apoiado e promovido a consolidação do Manejo Florestal Comunitário no Estado, através de políticas públicas e execução do manejo. A SEF enviou recentemente ao Imaflora, como exigência de uma pré-condição de um processo de avaliação de uma outra comunidade no estado, um documento contendo procedimentos mínimos para garantir o cumprimento da legislação trabalhista destes funcionários. Este documento encontra-se no Imaflora.	
Estado: ENCERRADA	Nº da CAR: 1/05

CAR Nº: 4/04	Referencia ao padrão: 4.6.1	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Ausência de monitoramento dos impactos do manejo florestal.			
Ação Corretiva: A ASSER deverá buscar parcerias para a coleta de informações sobre os impactos das práticas de manejo florestal, de modo a criar um sistema de monitoramento que seja efetivo e possa ajustar as técnicas de manejo aplicadas.			
Prazo para completar a ação corretiva: Monitoramento de 2005			
Evidências da Auditoria: As parcerias estão em andamento, promovidas pela ASSER juntamente com os técnicos do CTA. Uma parceira que esta sendo discutida envolve a Embrapa/AC, para estudo da ecologia da copaíba, a fim de levantar informações que possam auxiliar no manejo desta espécie. Outra parceria que está em andamento é com a Universidade da Florida, focada em estudos de estrutura populacional e impactos do manejo. Este estudo está sendo realizado em outra comunidade, contudo os resultados deste estudo serão utilizados para subsidiar a definição de um sistema de monitoramento que servirá para várias comunidades. No monitoramento pôde-se verificar ainda que os técnicos envolvidos no projeto estão direcionando esforços para delinear um sistema de monitoramento ambiental e social que seja factível de ser monitorado e compatível com o tamanho e escala do manejo adotado pela associação. O CTA (Centro de Trabalhadores da Amazônia) inclusive recém contratou uma engenheira florestal que será responsável pelo monitoramento e Gestão dos planos de manejo comunitários apoiados pelo CTA.			
Estado: ENCERRADA	Nº da CAR: 2/05		

CAR Nº: 5/04	Referencia ao padrão: 4.6.2	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Garantir a manutenção das populações de fauna nas áreas de manejo.			
Ação Corretiva: Estabelecer regras internas na associação sobre a caça de animais silvestres, de modo a garantir a manutenção das populações de fauna nas áreas de manejo.			
Prazo para completar a ação corretiva: Monitoramento de 2005			
Evidências da Auditoria: A caça é utilizada tradicionalmente na região apenas como fonte de subsistência das comunidades, e está regulamentada no Plano de Utilização do PAE SLR, que proíbe a utilização de caça com cachorro e esta regra, conforme verificado em campo, é respeitada pelos moradores.			
Estado: ENCERRADA	Nº da CAR: N/A		

CAR Nº: 6/04	Referencia ao padrão: 4.6.5	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Ausência de monitoramento e manutenção de infraestruturas.			
Ação Corretiva: Implementar sistema periódico de monitoramento e manutenção de infraestrutura.			
Prazo para completar a ação corretiva: Monitoramento de 2005			
Evidências da Auditoria: A manutenção do ramal principal esta sob sua jurisdição e responsabilidade do governo federal. Já os ramais secundários e demais infraestruturas a comunidade tem contado com o apoio do estado (SEF) e município para realização das manutenções anuais. Este ano foram realizadas as manutenções necessárias para garantir o funcionamento do manejo. O monitoramento é realizado periodicamente pela comunidade e equipe técnica.			
Estado: ENCERRADA	Nº da CAR: N/A		

CAR Nº: 7/04	Referencia ao padrão: 4.7.1	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: O plano de manejo não contempla as descrições das atividades de monitoramento adotadas.			
Ação Corretiva: Incluir na primeira revisão do Plano de Manejo descrição das atividades de monitoramento.			
Prazo para completar a ação corretiva: Quando revisar o Plano de Manejo Florestal			
Evidências da Auditoria: O plano de manejo ainda não foi revisado e será realizado logo após o encerramento da safra de madeira deste ano, cujas atividades estão demandando o acompanhamento de todos os técnicos e comunitários envolvidos no projeto. Com relação as atividades de monitoramento, conforme descrito acima em “evidências da auditoria” na CAR 4/04, está sendo realizado em parceria com a Universidade da Flórida, um estudo piloto, que ajudará a definir um método padrão para monitoramento do manejo em várias comunidades. A CAR foi reeditada em virtude do PMF ainda não ter sido revisado.			
Estado: ENCERRADA		Nº da CAR: 3/05	

CAR Nº: 9/04	Referencia ao padrão: 4.7.4	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: A associação não possui o resumo do plano de manejo disponível para consulta de terceiros ou demais interessados da comunidade.			
Ação Corretiva: A associação deverá disponibilizar um resumo do plano de manejo para consulta pública, voltado para entidades representativas como lideranças comunitárias, sindicais e de associações de agricultores, empresários da região, devendo o resumo conter uma breve descrição do manejo florestal, e indicadores relacionados aos impactos ambientais, sociais e econômicos do manejo.			
Prazo para completar a ação corretiva: Monitoramento de 2005			
Evidências da Auditoria: A associação ainda não disponibilizou o resumo público pois aguarda a revisão do PMF, que será realizado após a finalização da safra de 2005. A CAR foi reeditada.			
Estado: ENCERRADA		Nº da CAR: 4/05	

CAR Nº: 10/04	Referencia ao padrão: 4.8.1	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Necessidade de definição de indicadores a serem coletados nos monitoramentos, feitos de forma participativa, envolvendo a comunidade.			
Ação Corretiva: A associação deverá em reunião, registrada, junto com todos os manejadores de produtos florestais não madeireiros, definir quais as informações básicas que deverão ser coletadas por cada manejador para alimentar o monitoramento visando identificar impacto ambiental e “retroalimentar” as práticas de manejo.			
Prazo para completar a ação corretiva: Monitoramento de 2005			
Evidências da Auditoria: Foi verificado que a comunidade ainda tem dificuldade de manter atualizado os registros das reuniões e discussões, através da elaboração de atas. Ainda assim, foi verificada a realização de discussões sobre o tema monitoramento, em que a comunidade propôs a elaboração de fichas de controle que permitissem monitorar a fenologia das espécies e a fauna associada. Contudo ainda não foram efetuados registros, uma vez que o processo de monitoramento está em fase de discussão e construção.			
Estado: ENCERRADA		Nº da CAR: Contemplada na CAR 2/05	

CAR Nº: 11/04	Referencia ao padrão: 4.8.3	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Inexistência de procedimentos para registros de controle de origem de PFNMs.			
Ação Corretiva: A associação deverá elaborar documentos e procedimentos de registro dos PFNM que relacione todas as informações referentes a: <ol style="list-style-type: none"> 1. quantidades e produtos coletados, 2. datas de coleta, beneficiamento e venda, 3. pessoas e colocações envolvidas na coleta; 4. documentação associada a venda do produto (Notas fiscais e ATPFs); 			
Prazo para completar a ação corretiva: Monitoramento de 2005			
Evidências da Auditoria: Foi apresentado uma série de fichas utilizadas para o controle da produção e processamento dos			

produtos não madeireiros, registrando as informações referentes a coleta, beneficiamento, estoque, e saída destes produtos. As fichas encontram-se arquivadas no Imaflora.	
Estado: ENCERRADA	Nº da CAR: N/A

CAR Nº: 12/04	Referencia ao padrão: P8c1	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Necessidade de avaliação dos impactos nas áreas manejadas.			
Ação Corretiva: Realizar anualmente a avaliação de danos e desperdícios nas UPA's exploradas, e sistematizar as informações de modo a poderem ser comparadas ao longo dos anos. Incluir na metodologia avaliação de danos à árvores atingidas pela atividade de derruba.			
Prazo para completar a ação corretiva: Anualmente			
Evidências da Auditoria: No ano passado foi realizado uma avaliação dos impactos nas áreas manejadas após as atividades de exploração. Este ano, como a exploração ainda não foi finalizada, esta avaliação ainda não foi realizada, devendo acontecer após o encerramento das atividades de exploração.			
Estado: ENCERRADA	Nº da CAR: CAR 5/05 e Observação 4		

2.4 Novas ações corretivas solicitadas como resultado desta auditoria

CAR Nº: 1/05	Referencia ao padrão: P4c1 e P4c4	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Garantir que a ASSER monitore o cumprimento da legislação trabalhista, no que se refere aos trabalhadores terceirizados que atuam nas atividades de manejo.			
Ação Corretiva: A ASSER deverá manter cópias dos contratos e dos comprovantes de pagamentos de todos os encargos trabalhistas legais aplicáveis aos trabalhadores terceirizados.			
Prazo para completar a ação corretiva: A ser verificado na próxima auditoria anual.			

CAR Nº: 2/05	Referencia ao padrão: P4c6	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Ausência de procedimentos para avaliar e monitorar os impactos da atividade de manejo.			
Ação Corretiva: A ASSER deverá, com ajuda dos técnicos, discutir, elaborar e apresentar um sistema para coleta e monitoramento de informações referentes aos impactos das atividades de manejo, que poderá ser aperfeiçoado posteriormente com os resultados do estudo científico que está por finalizar.			
Prazo para completar a ação corretiva: A ser verificado na próxima auditoria anual.			

CAR Nº: 3/05	Referencia ao padrão: P4c7	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: O plano de manejo não foi revisado e não contemplam as descrições das atividades de monitoramento adotadas.			
Ação Corretiva: Apresentar o plano de manejo revisado, inserindo uma parte sobre monitoramento, descrevendo as perspectivas ou os resultados parciais do estudo piloto realizado em parceria com a Universidade da Flórida, que ajudará a definir um método padrão para monitoramento do manejo em várias comunidades.			
Prazo para completar a ação corretiva: A ser verificado na próxima auditoria anual.			

CAR Nº: 4/05	Referencia ao padrão: P4c7	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Ausência de um resumo do plano de manejo disponível para consulta de terceiros ou demais interessados da comunidade.			
Ação Corretiva: A associação deverá disponibilizar um resumo do plano de manejo para consulta pública, voltado para entidades representativas como lideranças comunitárias, sindicais e de associações de agricultores, empresários da região, devendo o resumo conter uma breve descrição do manejo florestal, e indicadores relacionados aos impactos ambientais, sociais e econômicos do manejo.			
Prazo para completar a ação corretiva: A ser verificado na próxima auditoria anual.			

CAR Nº: 5/05	Referencia ao padrão: P7c1 e P8c1	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Necessidade de avaliação dos impactos nas áreas manejadas com fins madeireiros.			
Ação Corretiva: Incluir na metodologia de avaliação de danos nas UPA's exploradas, as árvores atingidas pela			

atividade de derruba em função do não corte de cipós.
Prazo para completar a ação corretiva: A ser verificado na próxima auditoria anual.

CAR N°: 6/05	Referencia ao padrão: P6c10	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Os comunitários não têm conhecimento do quanto de sua área já foi convertida para uso agrícola e quanto ainda se pode converter.			
Ação Corretiva: Apresentar um levantamento das áreas convertidas para fins agrícolas, bem como a extensão da área passível ainda de conversão, em cada uma das colocações certificadas.			
Prazo para completar a ação corretiva: A ser verificado na próxima auditoria anual.			

CAR N°: 7/05	Referencia ao padrão: P4c2	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Necessidade de melhoria das condições de saneamento e higiene nas comunidades.			
Ação Corretiva: A ASSER deverá discutir em assembléia e levantar alternativas, juntamente com técnicos, sobre as formas de promover a melhoria das condições de saúde e saneamento nas colocações que fazem parte do manejo, devidamente registrada em ata.			
Prazo para completar a ação corretiva: A ser verificado na próxima auditoria anual.			

CAR N°: 8/05	Referencia ao padrão: P1c5 e P4c4	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Necessidade de aperfeiçoar as regras do grupo certificado de forma que contemplem os requerimentos dos P&C do FSC.			
Ação Corretiva: A ASSER deverá discutir em assembléia com o grupo de manejadores, e incluir no regimento interno da associação, no capítulo que se refere ao manejo florestal de uso múltiplo, regras que contemplem os seguintes temas:			
<ul style="list-style-type: none"> • Definir melhor as regras para entrada, saída e punição para o <u>grupo certificado</u>. • Critérios para abertura de roçados nas colocações definindo limites máximos e anuais, considerando práticas seguras de uso do fogo, e uma distância mínima entre os talhões de manejo e as áreas de roçado. • Procedimentos para garantir o cumprimento dos direitos de trabalhadores terceirizados; • Regras pra a destinação do lixo das colocações que fazem parte do manejo, incluindo o lixo doméstico, embalagens de combustíveis e óleos lubrificantes; • Regras para disciplinar a realização da caça; • Outras que os manejadores julgarem importantes para atender às exigências dos P&C do FSC. 			
Prazo para completar a ação corretiva: A ser verificado na próxima auditoria anual.			

CAR N°: 9/05	Referencia ao padrão: P4c2	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Ausência de sinalização nas áreas de exploração (UPAs) que possuem trânsitos de pessoas.			
Ação Corretiva: Durante o período de exploração florestal, sinalizar as UPAs e proximidades, que tiverem varadouros ou forem áreas de trânsitos de pessoas, identificando as situações de risco à segurança.			
Prazo para completar a ação corretiva: A ser verificado na próxima auditoria anual.			

CAR N°: 10/05	Referencia ao padrão: CG5	Maior: <input type="checkbox"/>	Menor: <input checked="" type="checkbox"/>
Não Conformidade: Ausência de procedimentos de monitoramento do grupo certificado.			
Ação Corretiva: A ASSER deverá desenvolver procedimentos de monitoramento das áreas de manejo certificada, que inclua o acompanhamento do cumprimento das regras do manejo florestal e de funcionamento do grupo.			
Prazo para completar a ação corretiva: A ser verificado na próxima auditoria anual.			

2.5 Observações da Auditoria

#	Observação	Referencia ao Padrão
1	Manter em dia os registros em ata dos encontros e reuniões realizadas pela ASSER.	P1c1
2	Utilizar um espaço da assembléia para relembrar aos associados as regras da certificação e as condições que deverão ser trabalhadas para o monitoramento do ano seguinte.	P1c6
3	Apresentar o andamento e o resultado da avaliação realizada pelo Incra, bem como a cópia dos encaminhamentos da ASSER, com relação às atividades ilegais ocorridas dentro do PAE SLR.	P4c1
4	Realizar anualmente a avaliação de danos e desperdícios nas UPA's exploradas, e sistematizar as informações de modo a poderem ser comparadas ao longo dos anos.	P8c1

2.6 Decisão da Auditoria

Como ponto forte da auditoria, destaca-se o manejo de uso múltiplo adotado pela associação, como fonte de diversificação de produtos, tanto madeireiro como não madeireiro, gerando mais uma alternativa de renda para os comunitários, minimizando a dependência de um único produto e conseqüentemente diminuindo a pressão ambiental sob determinadas espécies.

Contudo a auditoria levantou alguns pontos importantes, listados abaixo, que precisam ser trabalhado, a fim de se manter o padrão e o compromisso exigido com os P&C do FSC. A ASSER terá como grande desafio elaborar um sistema de monitoramento de informações referentes aos impactos das atividades de manejo (CAR 2/05 e CAR 5/05), bem como realizar anualmente a avaliação de danos e desperdícios nas UPA's exploradas (Observação 4). Outro ponto importante é a realização de um levantamento das áreas convertidas para fins agrícolas, pois verificou-se que grande parte dos comunitários não tem conhecimento do quanto de sua área já foi convertida para uso agrícola e quanto ainda se pode converter (CAR 6/05). Outro ponto levantado no monitoramento, foi a necessidade de discussão e inclusão de alguns temas nas regras de funcionamento do grupo certificado (CAR 8/05), como as regras de funcionamento, questões como o fogo, abertura de roçado, caça, lixo e outros. Outra questão que será exigida para o próximo ano, é a definição de procedimentos de monitoramento do grupo certificado (CAR 10/05), uma vez que o grupo apresenta grandes possibilidades de crescimento. Por fim outro ponto considerado importante foi a questão das condições de saneamento básico na comunidade certificada, que conforme as demais comunidades da região, são praticamente inexistentes. Contudo o Imaflora como forma de estimular a melhoria das condições de

saneamento e higiene nas comunidades, solicitou a discussão e alternativas para a questão (CAR 7/05). Foram emitidas ainda outras CARs e observações que ajudarão a garantir o bom funcionamento do sistema de certificação.

Sendo assim o Programa SmartWood/Imaflora, baseado nas evidências do monitoramento de campo, análise de documentos e entrevistas com os comunitários, recomenda que a ASSER continue certificada e que, para manter a certificação, esta cumpra com as CAR's emitidas pela equipe de avaliação de maneira satisfatória.

ANEXO I: Lista de sítios visitados

Núcleo ou UMF	Compartiment	Sub-compartimento	Auditor	Descrição do sítio/ Foco da auditoria
PAE -SLR	Colocação	Santo Antônio	Patrícia	- Visita ao local de processamento dos artesanatos
PAE - SLR	Comunidade	-	Patrícia	- Entrevistas com os comunitários
PAE - SLR	Colocação	Estrangeiro I	Patrícia	- Acompanhamento das atividades de coleta de sementes (escalada em arvore). - Avaliação das técnicas de treinamento e procedimentos de segurança. - Avaliação de construção de infraestrutura;
PAE - SLR	Grupo Jarinal e Grupo Santo Antonio	Colocações: - Centrinho I - Pelados II - Estrangeiro III	Patrícia	-Acompanhamento das atividades de exploração e manejo florestal;